SKÉPSIS, ISSN 1981-4194, ANO VIII, Nº 16, 2017, p. 15-18.

AFINAL, SABEMOS OU NÃO SABEMOS?

Fred Dretske

Tradução: Jefferson dos Santos Marcondes Leite
(IFPA, *campus* Breves)
E-mail: kingdoomanathema@yahoo.com.br

Revisão: Plínio Junqueira Smith
(UNIFESP)
E-mail: plinio.smith@gmail.com

Raramente leio um livro de filosofia que me deixa querendo saber se há alguma coisa com a qual discordar. Desta vez eu li. Sempre se pode criticar os detalhes, mas a diversão ao preparar uma resenha vem quando se mostra — ou tenta mostrar — que o autor está errado ou confuso sobre doutrinas absolutamente básicas nas quais seu argumento inteiro repousa. Não tive essa sorte no caso de Fogelin. Esse é um livro tão judicioso e sensato em epistemologia quanto é possível encontrar nestes dias.[1]

Devo parar aqui. Há, contudo, aqueles detalhes incômodos. Um deles, em particular, me molesta. Molesta-me *não* porque, a meu ver, Fogelin esteja errado sobre algo, mas porque não estou certo sobre qual é sua visão. Então, perguntarei a ele. Ele pensa que sabemos os tipos habituais de coisas que nós todos consideramos saber ou não? Nunca temos razões ou fundamentos que *estabelecem* a verdade do que acreditamos?[2] Ou há alguma coisa errada ao perguntar e esperar uma resposta para esta questão?

Fogelin pensa que, quando se sobe o escrutínio para um nível suficientemente alto — quando, por exemplo, começamos a nos perguntar sobre várias formas de truques ou de engano e sobre a mera falibilidade humana, — *não* sabemos nossos próprios nomes (93-94), que há zebras no zoológico (83), que há uma grande coruja orelhuda no galho à nossa frente (79-80) ou que nossos freios estão defeituosos (97-98). Aumentar o nível de

[1] *Reflexões pirrônicas sobre o conhecimento e a justificação* (Oxford: Oxford University Press, 1994). Todas as referências de páginas são desse livro.
[2] Eu sei que isso não é o suficiente para o conhecimento, mas é a condição necessária cuja satisfação (por várias razões céticas) é a mais questionável.

Texto originalmente publicado em *Philosophy and Phenomenological Research*, 1997, 57(2): 407-409.
Agradecemos ao editor Ernest Sosa, à *Philosophy and Phenomenological Research* e à John Wiley & Sons por permitirem a publicação desta tradução.
Copyright © 1997 Philosophy and Phenomenological Research, LLC. Todos os direitos são reservados.

escrutínio e a amplitude e a profundidade da busca (80) *destrói* esses conhecimentos triviais. Assim, infiro que (outras coisas mantidas iguais) *não* sujeitar essas crenças a um nível de escrutínio aumentado preserva-as como conhecimento. Eu sei que há zebras no cercado se o nível de escrutínio não subiu por, digamos, encontrarmos latas de tinta vazias situadas ao redor e leões raspados (feitos para parecer tigres) em jaulas próximas. Quando, confiando na graça da natureza (92), nossas justificações não são revogadas, então, se nos comportarmos razoavelmente bem, diz-se que sabemos. Podemos não saber naquelas ocasiões em que mantemos uma "visão intensa das coisas" (94), mas, quando retornamos para os assuntos práticos da vida, nossos padrões retornam para o seu nível moderado normal e nossa inclinação para negar nosso conhecimento desaparece. Há, diz Fogelin, algo errado com o "chauvinismo dedutivo" — a concepção que não há coisas como o conhecimento indutivo (89).

Tudo isso parece claro e constituiria uma resposta afirmativa precisa à minha questão, mas há um problema sobre o que leva o nível de escrutínio da crença a subir e baixar e, assim, uma questão sobre o que (como que pelas nossas costas) pode roubar o conhecimento que pensamos ter. Quando primeiro começa falando a respeito dos padrões variáveis que governam afirmações de conhecimento (80), Fogelin faz parecer como se esses padrões fossem determinados por fatores existentes no contexto do conhecedor: a complexidade da situação, o suposto risco de erro, a importância de fazer as coisas direito, o custo da transação devido à obtenção de novas informações e assim por diante. Se eu (um indivíduo muito prático) não tenho uma visão mais "intensa" das coisas, se ninguém (por indicar possíveis enganos) sobe o nível de escrutínio *para mim*, então, supondo que cheguei justificadamente à minha crença sobre zebras, sei que elas são zebras. Enquanto os parâmetros que determinam a profundidade da pesquisa *para mim* forem normais, minhas razões (as razões usuais que se tem para crer que alguns animais no zoológico são zebras) estabelecem a verdade da afirmação de que elas são zebras.

Mas e se a *sua* suspeita é provocada pela descoberta de que existem leões raspados na jaula vizinha. Você não comunica sua suspeita para mim. Eu permaneço abençoadamente ignorante de que, para você, há razões plausíveis para suspeitar que as zebras possam ser falsas também. Essa descoberta feita por você sobe o nível de escrutínio *para mim*? Ela destrói, portanto, meu conhecimento de que há zebras no cercado (supomos o tempo todo que são zebras)? Fogelin nos diz (84) que sua descoberta (sobre os leões) basta ("é suficiente") para você negar que eu sei que são zebras. Isso basta para você negar que minhas razões *estabelecem* que são zebras no cercado. Isso é desconcertante. Podemos todos concordar que bastaria mostrar que *você* não tem razões

que estabeleceriam (no sentido conclusivo relevante de "estabelecer" que Fogelin emprega) que eles são zebras, mas Fogelin dá um passo adiante: sua descoberta mostra que também *eu* não tenho razões que a estabelecem.

É importante notar que a sua suspeita pode ser (de um terceiro ponto de vista, ainda mais informado) totalmente infundada. Não há leões raspados (ou mulas pintadas) no zoológico. Você somente foi levado a pensar nisso por causa de um guarda de zoológico lunático ou talvez apenas displicente. O zoológico é, em todos os sentidos, um zoológico completamente normal. Dada a sua falsa suspeita, contudo, você parece ter subido o nível de escrutínio não somente para as *suas* crenças a respeito das zebras, mas também para as minhas crenças. Por causa do seu (possivelmente estúpido) engano, eu não sei mais que há zebras no cercado.

Não está claro o que Fogelin quer dizer sobre essa situação. Ele gosta de falar sobre o que diríamos, o que negaríamos, o que afirmaríamos e assim por diante. Mas nunca fala sobre o que seria *verdadeiro* dizer, o que seria *falso* afirmar e o que seria *correto* negar. Quando discute esse tipo de situação, Fogelin diz que você (operando em um contexto no qual o nível de escrutínio a respeito de zebras subiu por uma "descoberta" — seja real ou fictícia — de tigres falsos) não pode mais dizer que eu sei que os animais no cercado são zebras (84). Mas a questão não é o que as pessoas dirão. As pessoas, suponhamos, dirão o que é razoável dizer e, da sua perspectiva, dada a sua descoberta, é razoável dizer que eu não sei. Afinal de contas, não posso excluir a possibilidade de que as mulas foram pintadas e você tem razão em considerar isso como uma possibilidade relevante. Mas essa não é a questão. A questão não é o que você dirá, mas o que seria *verdadeiro* (para você) dizer (sobre mim). Quando você diz (bastante razoavelmente, dada sua suspeita) que eu não sei que os animais são zebras, você fala a *verdade*? Se assim for, minha afirmação de que eu sei é falsa? Meu conhecimento é refém dos seus padrões de modo que não posso saber alguma coisa que você (com seu padrão possivelmente diferente) razoavelmente diria que eu não sei?

Fogelin diz que não é um *contextualista* ou *perspectivista*. Ele não está, insiste, *relativizando* o conhecimento para estruturas de justificação (95-96). Se isso é assim, então, presumivelmente, o que eu digo quando digo que eles são zebras no cercado deve ser falso se o que você diz quando você diz que eu não sei é *verdade*. Não podemos *ambos* estar dizendo algo verdadeiro. Ou podemos? Ao responder a uma objeção feita por Storrs McCall (98), Fogelin diz, com efeito, que nada segue do fato que eu afirmaria e você negaria que eu sei. Está bem. Do fato que eu afirmo P e você nega P nada segue a respeito

da verdade de P. Mas ainda que nada *se siga*, um de nós tem de estar certo e o outro errado. Qual de nós está?

Então minha questão é esta: quando (dadas as circunstâncias acima) eu digo que eu sei que há zebras no cercado e você nega, quem está certo?

Se eu estou certo, se eu *sei* isso, então que relevância para nossas afirmações ordinárias de conhecimento tem os argumentos céticos (sejam pirrônicos ou não) que não podemos *justificar* nossas afirmações comuns de conhecimento? Que relevância para nossa condição epistêmica geral tem o fato de que a partir de um nível aumentado de escrutínio não possamos *estabelecer* a verdade do que nos cremos? A conclusão (que eu *sei*) não mostra que essas justificações não são necessárias para o conhecimento? Não mostra que para saber que há zebras no cercado não precisamos estar aptos a excluir alternativas "irrelevantes" (que elas são mulas pintadas)?

Se você está certo, se eu *não* sei que elas são zebras no cercado, então o que é toda essa fala sobre subir e baixar os níveis de escrutínio? O único nível de escrutínio relevante, o único nível que afeta a *verdade* do que dizemos que sabemos (embora, é claro, não o que razoavelmente dizemos saber) é o nível mais alto. E, nesse nível, não se sabe nada. Portanto, o que é todo esse artifício wittgensteiniano sobre como nós, de fato, usamos afirmações de conhecimento?

Se ambos estamos certos, por que isso não é contextualismo?

Se nenhum de nós está certo, por favor explique.